



## Prefeitura de Joinville

### EDITAL SEI Nº 0011688311/2022 - SAP.UPR

Joinville, 19 de janeiro de 2022.

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2022

O Município de Joinville, com sede na Avenida Hermann August Lepper, nº 10, Centro, Joinville/SC – CEP: 89.221-005, por intermédio da Unidade de Processos da Secretaria de Administração e Planejamento, inscrita no CNPJ sob nº 83.169.623/0001-10, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, cujo critério de julgamento será **UNITÁRIO POR ITEM**, para o **Registro de Preços**, visando a futura e eventual **Aquisição de equipamentos específicos para centro Cirúrgico e para Central de Material Esterilizado - CME para a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José**, conforme especificações deste edital e seus anexos, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, Decreto Municipal nº 27.082, de 28 de junho de 2016, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Pregão:

Anexo I - Quadro de Quantitativo e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos;

Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo III - Modelo sugerido de Atestado de Capacidade Técnica;

Anexo IV - Minuta da Ata de Registros de Preços;

Anexo V - Minuta do Contrato;

Anexo VI - Minuta da Autorização de Fornecimento (AF); e

Anexo VII - Termo de Referência.

## 1 - DA LICITAÇÃO

### 1.1 - Do Objeto do Pregão

**1.1.1** - A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços, visando a futura e eventual **Aquisição de equipamentos específicos para centro Cirúrgico e para Central de Material Esterilizado - CME para a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e VII, e nas condições previstas neste Edital.

**1.1.2** - O valor estimado total para a aquisição do objeto deste pregão é de **R\$ 2.955.788,32** (dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil setecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), fixos e irrevogáveis, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

**1.2 - Local:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), UASG 453230

**1.3 - Referência de Tempo:** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**1.4 - Data e horário para início da entrega de propostas:** 24/01/2022 às 08:00 horas.

**1.5 - Data e horário limites para entrega de propostas e início da sessão pública:** 07/02/2022 até às 08:30 horas.

**1.6 - Modo de disputa:** Aberto, nos termos do art. 31, inciso I e art. 32 do Decreto Federal nº 10.024/2019.

**1.7 - Término da Sessão Principal:** 10 (dez) minutos após o início da sessão de disputa.

**1.8 - Período Adicional:** A sessão será prorrogada automaticamente e sucessivamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**1.9 - Da Execução da Licitação:** A Unidade de Processos, na qualidade de interveniente **Promotora**, processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto à **Secretaria Municipal da Saúde** e ao **Hospital Municipal São José**.

**1.10 - O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da Prefeitura Municipal de Joinville, na página [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br).**

**1.11 - Em caso de discordância existente entre as quantidades e especificações do objeto descritas no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), com as quantidades e especificações constantes deste Edital, prevalecerão as constantes do Edital.**

## **2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**2.1** - Conforme disposto no art. 7º, §2º, do Decreto nº 7.892/2013: *"Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil"*.

## **3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1** - Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem as exigências estabelecidas neste Edital.

### **3.2 - Não será admitida a participação de proponente:**

**3.2.1** - Em falência ou concordata, que se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

**3.2.2** - Punido com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, inscritos ou não no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

**3.2.3** - Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, com qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

**3.2.4** - Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal;

**3.2.5** - Em consórcio;

**3.2.6** - Cujos objetos sociais não sejam pertinentes e compatíveis com o objeto licitado.

## **4 - DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME**

**4.1** - O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**4.2** - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**4.3** - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**4.4** - O proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**4.5.1** - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar na inabilitação no momento do julgamento.

**4.6** - Para participação no Pregão, o proponente deverá assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações, sob pena de inabilitação/desclassificação:

**4.6.1** - Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

**4.6.2** - Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**4.6.3** - Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

**4.6.4** - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**4.6.5** - Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.7** - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

**4.8** - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados

## **5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

**5.1** - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), observando a data e o horário limite estabelecido no item 1 deste Edital.

**5.2** - Poderão participar deste Pregão proponente cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**5.3** - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.4** - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.5** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no

sítio eletrônico utilizado para divulgação.

## **6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**6.1** - Os proponentes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.2** - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**6.3** - Os proponentes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais proponente o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**6.4** - Incumbirá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5** - Até a abertura da sessão pública, os proponentes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**6.6** - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do proponente melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.6.1** - A ausência do documento "Proposta de Preços" desclassificará a proponente.

## **7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**7.1** - Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente postar apenas o **VALOR UNITÁRIO POR ITEM** licitado.

**7.2** - O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos.

**7.3** - O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**7.4** - Quanto ao valor da proposta postada eletronicamente, todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que estiver dentro do valor estimado/máximo.

**7.5** - O proponente deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.5.1** - descrição detalhada do objeto, no que for aplicável;

**7.5.2** - valor unitário e total do item.

**7.5.3** - marca

**7.5.4** - modelo

**7.6** - É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

**7.7** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a proponente.

**7.8** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**7.9** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.10** - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **8 - DA FORMA DE ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA**

**8.1** - A proposta de preços deverá ser enviada exclusivamente via sistema, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail.

**8.2** - Após a fase de lances, a proposta atualizada deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

**8.3** - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado.

**8.4** - A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do **Anexo II** deste Edital e deverá conter, sob pena de desclassificação:

**8.4.1** - a identificação/descrição do objeto ofertado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital;

**8.4.2** - o preço unitário e preço total cotados em reais, com no máximo 02 (dois) algarismos decimais após a vírgula;

**8.4.3** - o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação da proposta, após convocação do Pregoeiro.

**8.4.4** - a identificação da marca e do modelo do objeto ofertado;

**8.5** - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao do item do **Anexo I** deste Edital, com suas respectivas quantidades.

**8.6** - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

**8.7** - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**8.8** - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do Município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

**8.9 - A empresa deverá apresentar junto com a Proposta atualizada:**

**8.9.1** – Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGÍVEL e dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto), quando exigido pela legislação vigente;

**8.9.1.1** – Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado;

**8.9.1.2** – Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 06 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

**8.9.2** - Para os itens 1 a 6 a(s) empresa(s) deverão apresentar uma das seguintes opções para análise técnica:

**8.9.2.1** - Prospecto ou manual técnico devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa.

**8.9.2.2** - Ficha técnica, desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado; caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial;

**8.9.2.** - Critérios de análise: As documentações dos itens cotados pelos proponentes neste instrumento, deverão conter todas as informações das características técnicas. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência deverão ser iguais, como poderão ser superadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades. Para tal, a licitante deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, registrar este fato em sua proposta. Os produtos cotados deverão preencher todas as especificações técnicas previstas no item 2 do Termo de Referência..

## 9 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

**9.1** - O modo de disputa se dará na forma prevista no subitem 1.6 do edital.

**9.2** - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo *site* já indicado no item 1 deste Edital, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**9.3** - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances, que ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.3.1** - Só serão aceitos lances, do mesmo proponente, cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**9.3.2** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances é de R\$ 0,01 (um centavo).

**9.3.3** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.3.4** - Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

**9.4** - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

**9.5** - Após o encerramento da etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso, o pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

**9.5.1** - Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**9.5.2** - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**9.5.3** - O disposto no subitem 9.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

## 10 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**10.1** - Os documentos de habilitação deverão ser enviados **exclusivamente via sistema eletrônico**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, nos termos do disposto no art. 26 do Decreto Federal nº 10.024/2019, e de forma legível, no sentido de que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro.

**10.2** - Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

**10.3** - Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

**10.4** - Para fins de aplicação dos procedimentos definidos na Lei Complementar nº 123/06, o proponente deverá comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos dos subitens 4.6 e 4.7 deste edital.

**10.5** - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

**10.6 - A documentação para fins de habilitação é constituída de:**

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- f) Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de declaração em campo próprio do sistema, no momento do cadastro da proposta, nos termos dos subitens 4.6 e 4.7 deste edital;
- g) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do proponente;
- g.1)** Considerando a implantação do sistema eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina, as empresas participantes sediadas neste estado deverão apresentar a referida Certidão emitida no sistema SAJ juntamente com a respectiva Certidão emitida no sistema eproc, para que tenham validade;
- g.2)** Na hipótese de outras Unidades Federativas com situação similar, as empresas participantes deverão apresentar a Certidão complementar nos mesmos termos.
- h)** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- h.1)** As empresas que adotam o Livro Diário, na forma física, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social extraído do próprio Livro Diário, acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo, contendo a assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa e ainda, registrado ou o requerimento de autenticação na Junta Comercial ou registrado no Cartório de Registro;
- h.2)** As empresas que adotam o SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, extraídos do próprio sistema digital (SPED), acompanhados dos respectivos termos de abertura e encerramento do mesmo e termo de autenticação ou recibo de entrega de escrituração contábil digital (conforme Decreto Federal nº 8.683/16), preferencialmente vistados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;
- h.3)** O proponente poderá apresentar balanço patrimonial intermediário a fim de demonstrar alteração relevante em sua capacidade econômico-financeira em relação aos dados contidos no balanço patrimonial anterior, tais como eventos supervenientes (fusão, incorporação, cisão etc.);
- h.4)** Os interessados terão a faculdade de apresentar parecer de empresa de auditoria, o que dispensará a Administração de outras investigações;
- h.5 )** O Balanço Patrimonial referente ao último exercício social será aceito somente até 30 de abril do ano subsequente;
- i)** Para avaliar a situação financeira do proponente serão considerados os **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, superiores a 1 (um), apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo poderá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa;

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

**cujo resultado deverá ser superior a 1,00**

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO TOTAL}}$$

(PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

**cujo resultado deverá ser superior a 1,00**

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

**cujo resultado deverá ser superior a 1,00**

**OBS:** Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 31 da Lei nº 8.666/93.

**i.1)** As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices da alínea "i", deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total do item/lote/global, conforme critério de julgamento do edital.

**j)** Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de produto compatível com o(s) item(ns) cotado(s), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

**k)** Alvará Sanitário Estadual ou Municipal (quando competente).

**l)** Comprovação da autorização de funcionamento de empresa, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) do Ministério da Saúde, inclusive para distribuidora (não será aceito protocolo de encaminhamento).

**10.6.1 - Os proponentes inscritos** no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Joinville deverão apresentar **Certificado de Registro Cadastral-CRC** válido na data limite fixada para a apresentação dos documentos neste pregão emitido pela Unidade de Suprimentos, da Secretaria de Administração e Planejamento.

**10.6.2 - Os proponentes não cadastrados**, além dos documentos referidos no subitem 10.6, deverão apresentar os seguintes, válidos na data de abertura de sessão pública do pregão:

**a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam.

**10.7 -** Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a apresentação das propostas, nos termos do subitem 6.1 deste Edital. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

**10.8 -** Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 10.6 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

**a)** matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

**b)** filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

**c)** a matriz, e o fornecimento for realizado pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente com exceção dos documentos conjuntos ou consolidados, desde que devidamente comprovada a centralização.

**10.9 -** O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que apresente comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e a certidão em que consta o CNPJ da entidade centralizadora.

**10.10 -** A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou

parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**10.10.1** - A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **11 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO**

**11.1** - O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**.

**11.2** - **A licitação será processada e julgada em consonância com a legislação constante no preâmbulo deste Edital e com os procedimentos previstos na Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores.**

**11.3** - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**11.3.1** - O proponente deverá se manifestar até o prazo para apresentação da proposta, nos termos do subitem 8.2 do edital.

**11.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**11.5** - O Pregoeiro irá decidir sobre a aceitação da proposta, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

**11.6** - Após encerrada a etapa competitiva, e verificada a ausência da proposta de preços e dos documentos de habilitação, conforme o **subitem 6.1**, será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 27** do Edital.

**11.7** - Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

**11.8** - **O representante legal do proponente que subscrever os documentos apresentados deve estar devidamente identificado no processo, apresentando documento de identidade.**

**11.8.1** - **Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no(s) mesmo(s) item(ns)/lote(s) deste processo, sob pena de exclusão sumária de ambos os proponentes representados.**

**11.9** - Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às especificações/descrição do objeto desta licitação;
- b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) que conflitem com a legislação em vigor;
- d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos nos itens 6, 7 ou 8 deste Edital;
- e) com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

**11.10** - Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

**11.11** - Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços, marca/modelo ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

**11.12** - Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no **item 27** deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a

apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

**11.13** - Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

**11.14** - No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**11.15** - O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no subitem 10.6, que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentados vencidos ou positivos.

**11.15.1** - No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou ter (em) apresentado com restrição.

## **12 - DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**12.1** - Qualquer pessoa poderá, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, impugnar os termos do Edital do Pregão.

**12.1.1** - As impugnações deverão ser protocolizadas através do e-mail [sap.upr@joinville.sc.gov.br](mailto:sap.upr@joinville.sc.gov.br), em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, até às 14:00hs do dia do vencimento do prazo, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

**12.2** - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**12.3** - Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

**12.4** - Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**12.5** - As respostas às impugnações serão disponibilizadas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

### **12.6 - Do Recurso**

**12.6.1** - Após declarado o vencedor, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer proponente manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**12.6.2** - A falta de manifestação motivada do proponente quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

**12.6.3** - Quando será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

**12.6.4** - As razões de recursos e contrarrazões deverão ser protocolizadas através do Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) ou do e-mail [sap.upr@joinville.sc.gov.br](mailto:sap.upr@joinville.sc.gov.br), em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração.

**12.6.5** - O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem anterior.

**12.6.6** - A falta de manifestação, imediata e motivada, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

**12.6.7** - O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, inclusive quando a pretensão for meramente protelatória.

### 13 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão, quando não houver recurso.

13.2 - Quando houver recurso, a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão será realizada pela autoridade competente.

13.3 - A homologação será realizada pela autoridade competente.

### 14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

14.2 - A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

14.3 - Órgão Gerenciador é o órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

14.4 - Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

14.5 - O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Secretaria de Administração e Planejamento, através da Unidade de Suprimentos.

14.6 - A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

14.7 - Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, serão convocados os interessados para assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

14.7.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(es) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

14.7.2 - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

14.8 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

### 15 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos.

15.2 - Será incluída na Ata de Registro de Preços, sob a forma de anexo, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

15.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município de Joinville convocará os demais proponentes, na ordem de classificação.

## **16 - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**16.1** - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

## **17 - DAS ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1** - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**17.2** - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**17.3** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**17.4** - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

**17.5** - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **18 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**18.1** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

**18.2** - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**18.3** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

## **19 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**19.1** - Conforme disposto no inciso II, do art. 11, do Decreto n.º 7.892/2013, será incluída na Ata de Registro de Preços, sob a forma de anexo, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

**19.2** - Após verificado pelo sistema se há fornecedores aptos ao Cadastro de Reserva, a autoridade competente convocará os licitantes, para no prazo de 24h manifestar interesse em aderir o Cadastro de Reserva.

**19.3** - O sistema enviará e-mail aos licitantes com propostas NÃO RECUSADAS para que eles possam aderir ao Cadastro de Reserva pelo preço do primeiro colocado;

**19.4** - Compete exclusivamente ao licitante acompanhar a convocação no sistema eletrônico e registrar sua

intenção de participar do Cadastro de Reserva dentro do prazo concedido pela autoridade competente, sob pena de não participação do procedimento.

**19.5** - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

**19.6** - Havendo dois ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

**19.7** - A ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assinar a Ata de Registro de Preços ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Decreto nº 7.892/2013.

**19.8** - O Cadastro de Reserva não obriga a administração à contratação.

**19.9** - Os fornecedores que compõem o Cadastro de Reserva estão vinculados as cláusulas da Ata de Registro de Preços.

## **20 - DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**20.1** - Caso o licitante classificado em primeiro lugar não assine a Ata de Registro de Preços ou não apresente situação regular no ato da assinatura, será examinado o Cadastro de Reserva, observada a ordem de classificação do certame.

**20.2** - O Pregoeiro procederá a análise dos documentos e proposta de preços atualizados dos licitantes que manifestaram interesse no Cadastro de Reserva.

**20.2.1** - A convocação para apresentação dos documentos e proposta de preços será realizada através de Ofício, para o e-mail indicado na proposta de preços ou no Sicaf.

**20.2.2** - O prazo para envio dos documentos de habilitação e proposta de preços atualizados, será de 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do Ofício.

**20.2.3** - No caso de apresentação de amostras, a mesma se dará nos termos já definidos no edital.

**20.2.4** - Após verificados os documentos, será realizada ata de deliberação, publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município.

**20.2.5** - Após a publicação da ata de deliberação, será emitida nova Ata de Registro de Preços, nos termos dos itens 14 e 22 do edital.

## **21 - DA CONTRATAÇÃO**

**21.1** - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Contratante.

**21.2** - Convocação para assinatura eletrônica do contrato:

**21.2.1** - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

**21.2.2** - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

**21.2.3** - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

**21.3** - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

**21.3.1** - Se o vencedor se recusar a assinar o contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste Edital.

#### **21.4 - Para assinatura eletrônica do contrato o vencedor deverá:**

**21.4.1** - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente, e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**21.4.2** - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

## **22 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

**22.1** - A assinatura da Ata de Registro de Preço/Contrato e demais documentos vinculados a este instrumento, serão realizadas eletronicamente, mediante login e senha, devendo o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica externa, de acordo com Instrução Normativa nº 006/2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 27.082/2016.

**22.1.1** - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar a solicitação de usuário externo certificado para assinatura eletrônica de acordo com o que estabelece o "Manual do Usuário Externo" disponível no seguinte *link*: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/cadastrar-usuario-em-autosservico> e <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/certificar-usuario-para-autosservico>

**22.2** - **Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para fins de efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 27.082/2016, sob pena de decair do direito de assinar o(a) Ata de Registro de Preços/Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.**

**22.2.1** - **É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a solicitação da criação da assinatura eletrônica.**

**22.3** - A criação e a redefinição da assinatura eletrônica dependem da solicitação de assinatura eletrônica com o envio do Termo de Responsabilidade devidamente assinado e com o envio de documento com foto e assinatura do requerente.

**22.3.1** - Serão aceitos como documentos de identidade para fins de assinatura eletrônica externa: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira de identidade do trabalhador e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

**22.3.2** - Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade ou documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

**22.3.3** - O termo de responsabilidade terá sua assinatura comparada com o documento apresentado.

**22.4** - O servidor público autorizado procederá com a avaliação da documentação recebida e realizará a concessão de acesso ao usuário externo.

**22.5** - A assinatura eletrônica é de uso pessoal e intransferível e sua divulgação é vedada sob qualquer hipótese.

**22.6** - O usuário é o responsável pela exatidão das informações prestadas, quando de seu credenciamento, assim como pela guarda, sigilo e utilização da assinatura eletrônica, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e do Decreto nº 21.863, de 30 de janeiro de 2014.

## 23 - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

**23.1** - A vigência do futuro contrato estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

**23.2** - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada em até 30 (trinta) dias corridos, após cada solicitação.

**23.2.1** - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data da solicitação.

**23.3** - O local para entrega será:

**a) Para o Hospital Municipal São José:** Setor de Patrimônio e Engenharia Clínica, situado à Travessa São José N°540, fundos, ao lado do prédio da ACE - Associação Catarinense de Ensino, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC - CEP 89.202-010. Horário de entrega das 08h30min às 15h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**b) Para a Secretaria da Saúde:** Setor de Patrimônio, situado à Avenida Getúlio Vargas, 99, bairro Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-205. Horário de entrega das 08h30min às 15h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**23.4** - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

## 24 - DA GESTÃO DO CONTRATO

**24.1** - A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria Municipal da Saúde** – gestora do Fundo Municipal de Saúde de Joinville e pelo **Hospital Municipal São José**, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei n° 8.666/93.

## 25 - DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

**25.1** - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**25.1.1** - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei n° 8.666/93.

**25.2** - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

**25.3** - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

**25.4** - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

**25.5** - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

## 26 - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

**26.1** - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VII, da seguinte forma:

**26.1.1.** Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações, quantidades e o acondicionamento do produto no momento da entrega.

**26.1.1.1** O recebimento provisório não implica em aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda do item, do fornecedor ao órgão recebedor.

**26.1.2** Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações, quantidades e o

acondicionamento do produto. Itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos, danificados ou com aparência duvidosa, farão com que os mesmos não sejam aceitos. A avaliação do item, para recebimento definitivo ou recusa se dará até 15 (quinze) dias corridos do recebimento provisório.

**26.1.3** A retirada do item em caso de não aceitação do produto, e a reposição do mesmo, deverá acontecer no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de solicitação pela CONTRATANTE, sendo que o transporte e outros necessários, serão por conta da CONTRATADA.

## **27 - DAS SANÇÕES**

**27.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO** são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

**27.2** - Penalidades que poderão ser cominadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO**, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

I - **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

**a)** Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

**a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

**a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

**a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

**b)** 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

**c)** Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

**c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

**c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

**c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

**d)** De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

II - **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville ou do SICAF **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 49, do Decreto Federal nº 10.024/2019:

**a)** recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato ou assinar ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

**b)** deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

**c)** apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

**d)** retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

**e)** causar o atraso na execução do objeto;

**f)** não manter a proposta;

**g)** desistir de lance realizado na fase de competição;

**h)** comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

**i)** cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

- j) fraudar a execução do contrato;
- k) falhar na execução do contrato;
- l) declarar informações falsas;
- m) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

**27.3 - As sanções também se aplicam aos integrantes do Cadastro de Reserva, que quando convocados, não honrarem o compromisso assumido.**

**27.4 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE/CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.**

**27.5 - Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do PROPONENTE/CONTRATADO, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE/CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.**

**27.6 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE/CONTRATADO.**

**27.7 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.**

## **28 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**28.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail: [sap.upr@joinville.sc.gov.br](mailto:sap.upr@joinville.sc.gov.br), durante o horário de expediente das 08:00 às 14:00 horas, conforme estabelece o art. 23 do Decreto Federal nº 10.024/2019.**

**28.1.1 - O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos: [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).**

**28.2 - Os pedidos de vistas acerca da presente licitação para os participantes do processo deverão ser realizados pelo e-mail [sap.upr@joinville.sc.gov.br](mailto:sap.upr@joinville.sc.gov.br).**

**28.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.**

**28.3.1 - Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, via sistema, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme estabelecido pelo Pregoeiro no momento da convocação.**

**28.3.2 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.**

**28.4 - O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência do Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, §1º, da Lei nº 8.666/93.**

**28.5 - Não será permitida a subcontratação do objeto deste Edital.**

**28.6 - A Secretaria de Administração e Planejamento poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.**

**28.7 - O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela Administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.**

**28.8** - O Município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

**28.9** - Ficam vinculados a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência.

**28.10** - Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

**28.11** - Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

**28.12** - A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

**28.13** - **Todas as informações/alterações relativas ao presente certame serão postadas nos endereços eletrônicos: [www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br) e [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.**

**28.14** - Conforme previsto no art. 1º, do Decreto Municipal nº 13.011, de 29 de junho de 2006, o horário de expediente das repartições públicas municipais é das 8:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira.

### ANEXO I

#### Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns), e Valores Estimados/Máximos:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	22442 - APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETROS	Unidade	5	364.999,98	1.824.999,90
2	1397 - FOCO CIRURGICO FIXO COM AUXILIAR LED Com as seguintes características mínimas : foco cirúrgico fixo, composta por uma cúpula principal e uma cúpula auxiliar para uso em sala de cirurgia. Características gerais mínimas: cúpula principal de LED, intensidade luminosa de 160.000 lux a 1 metro de distância, diâmetro do campo luminoso (d10) ajustável de no mínimo 22 a 29 cm, profundidade de iluminação (I1 +I2): 95 cm, quantidade mínima de 88 LEDs; cúpula auxiliar de LED, intensidade luminosa de 130.000 lux a 1 metro de distância, diâmetro do campo luminoso (d10) ajustável de no mínimo 22 a 27 cm, profundidade de iluminação (I1 +I2): 60 cm, quantidade mínima de 70 LEDs; as duas cúpulas deve permitir ajuste gradual de iluminação de 44 a 100% com função endoscopia, o controle da intensidade luminosa deve ser feito através de comando individual em cada uma das cúpulas, temperatura de cor variável ou fixa com valor(es) entre 3.500 e 5.000, índice de reprodução de cor (RA) de no mínimo 93; superfície lisa e anticorrosiva; manopla de controle removível para esterilização; vida útil das lâmpadas de 30.000 horas; o sistema de	Unidade	10	58.817,33	588.173,30

	<p>movimentação dos braços deve ter pelo menos 4 articulações, com os movimentos de 360° livres para os braços principais que devem possuir ajuste de freio. Deve também ter movimentos de 360° livres para os braços que suportam o peso da cúpula, que devem possuir ajustes para regular a altura e a força para suportar as duas cúpulas (principal e auxiliar). O foco cirúrgico deve ter estrutura em alumínio e com pintura eletrostática em todo o conjunto. Acessórios: 06 (seis) manoplas esterilizáveis, no mínimo, para o foco; alimentação elétrica 220v/60hz com consumo máximo de energia de 120 W por cúpula; o equipamento deverá estar acompanhado da estrutura necessária para sua instalação.</p>				
3	<p>913832 - FOCO CIRÚRGICO MÓVEL. Foco cirúrgico móvel de LED. Características gerais mínimas: móvel, com 1 cúpula, tipo pedestal, com braço articulado; deve ser construído de material extremamente resistente, com pintura eletrostática de alta resistência; deve possuir 04 rodízios para movimentação do pedestal; diâmetro do campo luminoso de 23 cm a 1 metro de distância; filtros calóricos (luz fria); controle de intensidade de luminosidade e liga/desliga na cúpula; temperatura de cor entre 4.300 k e 5.500 k; nível de iluminação mínimo de 50.000 LUX a 1 m de distância; vida útil das lâmpadas 50.000 horas; índice de rendimento de cor (RA) 95. Acessórios 02 manoplas esterilizáveis, caso o equipamento utilize manopla removível; alimentação elétrica: 220v/60 hz.</p>	PC	30	15.533,00	465.990,00
4	<p>22460 - LAVADORA ULTRASSÔNICA ACIMA DE 15 LITROS Lavadora para limpeza interna e externa de instrumentais cirúrgicos e instrumentos canulados de vídeo-laparoscopia por gerador de ultra-som, com frequência de trabalho mínima de 20kHz; capacidade: 40 litros; entrada automática de água fria e quente; sensor de nível; reservatório de aço inoxidável incorporado ao sistema; com duas cubas, uma para enxágüe e outra para lavagem, com tampas individuais; cubas em aço inoxidável AISI 304 liso com espessura de 0,8mm, ou qualidade superior; o equipamento deve ser construído em aço inoxidável incorporado ao sistema; com duas cubas, uma para enxágüe e outra para equipamento deve ser construído em aço inoxidável resistente á corrosão e possuir cestos para instrumentais e acessórios; com proteção termostática eletrônica para prevenir operação com excesso de temperatura; com controle de tempo, temperatura e nível do tanque; controlando por microprocessador; tempo ajustável: de 1 até 99</p>	Unidade	1	2.279,96	2.279,96

	minutos, contínuo; mostrador digital para temperatura entre 25 a 80°C, aproximadamente; dreno para escoamento, com conexão para esgoto 220V/60Hz.				
5	<p>22806 - SECADORA DE TRAQUEÍAS</p> <p>Secadora de traqueias: Equipamento para a secagem, pós-lavagem, de tubos, mangueiras, vidros e borrachas, entre outros. Deverá ser construída em aço inox AISI 304 ou superior com acabamento escovado; Deverá possuir uma porta frontal de vidro; Sistema de vedação resistente à temperatura de trabalho; Deve possuir no mínimo 06 prateleiras internas em aço inox removíveis e trilhos para dispositivos fixadores de traqueias; Deve possuir 06 racks em aço inox para dispositivos fixadores de traqueias com capacidade para no mínimo 06 traqueias em cada rack; Deve possuir 06 racks em aço inox para dispositivos fixadores de balões de respiração ou máscaras com no mínimo 04 engates para materiais em cada rack; Deve possuir 06 racks em aço inox para dispositivos fixadores de cateter com capacidade para no mínimo 06 cateteres em cada rack . Deverá ser fornecida com os sistemas necessários para proporcionar a secagem eficiente de materiais de assistência ventilatória, dentre eles traqueias, máscaras, balões de ventilação, cânulas de Guedel, intermediários e conectores; Deve ser controlada por sistema eletrônico programável com painel de cristal líquido (IHM); Deve possuir sensor de temperatura e permitir o controle dos parâmetros, Possuir tempo de secagem entre 0 a 99 minutos, no mínimo, Possuir temperatura de secagem entre 25 e 90°C, no mínimo; Deve possuir sistema de secagem composto por filtro bacteriológico com eficiência de 99,995%, ventilador e aquecedor; Dimensões externas (LxAxP):59cm (± 10cm) x 218cm (± 20cm) x 46cm (± 10cm); Capacidade da câmara: 240L (± 50L); Alimentação elétrica: 220V/60Hz monofásico.</p>	UN	1	61.147,50	61.147,50
6	<p>27919 - SELADORA AUTOMÁTICA COM ESTEIRA PARA MATERIAL COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO SELADORA TÉRMICA, AUTOMÁTICA, COM SELAGEM CONTÍNUA, COM SUPORTE PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME DE POLIÉSTER COM POLIPROPILENO, DE USO EM PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE À VAPOR. DEVE POSSUIR: PROCESSO CONTÍNUO, COM TRACIONAMENTO POR ESTEIRA (CORREIA SINCRONIZADA); VELOCIDADE DE SELAGEM: 10 M/MIN, NO MÍNIMO; BARRAMENTO DE SELAGEM COM</p>	Unidade	2	6.598,83	13.197,66

<p>LARGURA DE 12,0 MM NO MÍNIMO; BORDA LIVRE ENTRE A SELAGEM E EXTREMIDADE DO PAPEL COM REGULAGEM ENTRE 0 E 15 MM NO MÍNIMO. DEVE SER CONSTRUÍDA COM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU DE QUALIDADE SUPERIOR, ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTÁTICA. DEVE POSSUIR CONTROLE POR MICROPROCESSADOR COM PAINEL DE COMANDO, DISPLAY COM INDICAÇÃO DAS TEMPERATURAS (DEFINIDA E ATUAL) E DATA, MENU EM PORTUGUÊS. DEVE APRESENTAR AS SEGUINTE FUNÇÕES PROGRAMÁVEIS PELO PAINEL: AJUSTE DA TEMPERATURA DE SELAGEM NA FAIXA DE 80 °C A 200 °C, NO MÍNIMO, AJUSTE NOS DADOS DO RELÓGIO E DO CALENDÁRIO, AJUSTE NO FORMATO DE DATAS, AJUSTE DO PERÍODO DE VALIDADE DA SELAGEM E IDENTIFICAÇÃO DO OPERADOR. DEVE POSSUIR SISTEMA DE SEGURANÇA QUE ATUE IMPEDINDO A SELAGEM QUANDO HOUVER DESVIO DE PARÂMETRO DO PROCESSO E MÓDULO DE IMPRESSÃO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: IMPRESSÃO DOS CARACTERES DIRETAMENTE NO ENVELOPE, JUNTO COM O PROCESSO DE SELAGEM; IMPRESSÃO DA DATA DE SELAGEM; IMPRESSÃO DA DATA DE VALIDADE, CONFORME O PERÍODO AJUSTADO. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V MONOFÁSICO / 60HZ, CABO DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO ABNT (2P+T). O EQUIPAMENTO DEVE SER PASSÍVEL DE VALIDAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DA RDC 15/2012. DEVE ESTAR ACOMPANHADO DE BANCADA DE ROLOS OU ROLETES DE DESLIZAMENTO RÁPIDO, PARA APOIO DE MATERIAIS PESADOS OU DE DIMENSÕES MAIORES NO DESLOCAMENTO DA SELAGEM.</p>				
<b>Total Geral</b>	<b>2.955.788,32</b>			

**Observação:** As descrições do objeto devem ser observadas em conjunto com as descrições técnicas estabelecidas no Anexo VII - Termo de Referência.

## ANEXO II

### Modelo de Proposta de Preços

À

## Secretaria de Administração e Planejamento

Item	Material	Marca/Modelo	Nº do Registro ANVISA	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Garantia (se for o caso):

Dados do proponente:

Razão Social:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Banco:

Agência bancária:

Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital do Pregão Eletrônico e seus anexos.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

### ANEXO III

#### MODELO SUGERIDO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (TIMBRE DA EMPRESA QUE ESTÁ FORNECENDO O ATESTADO)

#### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., estabelecida na Rua ..... nº..... Bairro ....., na cidade de

....., forneceu a esta empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., estabelecida na Rua ..... nº..... Bairro ....., na cidade de ....., os itens conforme segue:

Descrição do material:

Quantidade fornecida:

Atestamos outrossim, que a mesma sempre atendeu a todos os requisitos, tantos na qualidade quanto na pontualidade dos produtos, nada havendo que possa desaboná-la.

Local e Data:

Nome, Assinatura do Responsável legal da empresa

Cargo/Função

#### ANEXO IV

#### Minuta da Ata de Registro de Preços

**VALIDADE: 12 (doze) MESES**

O Município de Joinville, por intermédio da Secretaria de Administração e Planejamento, doravante denominada **ÓRGÃO PROMOTOR**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e do Decreto Municipal nº 14.040, de 18 de dezembro de 2007, e das demais normas legais aplicáveis neste ato representado pelo Sr. Ricardo Mafra, Secretário de Administração e Planejamento e pela Sra. Silvia Cristina Bello, Diretora Executiva, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do **Pregão Eletrônico nº 057/2022**, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo qualificada, para futura e eventual **Aquisição de equipamentos específicos para centro Cirúrgico e para Central de Material Esterilizado - CME para a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José**, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passam a fazer parte desta, e em conformidade com as disposições a seguir:

Nome da empresa: xxxxxxxxx

CNPJ: xx.xxx.xxx.xxxxx/xx

Endereço: xxxxxxxxx

Cidade: xxxxxxxxx Estado: xx

CEP: xx.xxx-xxx

Telefone: (xx) xxxxxx

Email: xxxxxx

Representante Legal: xxxxxx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1** - A presente ata tem por objeto o registro de preços para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

**2.1** - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua publicação.

**2.2** - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **Município de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços**, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada a preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, ou, cancelar a Ata na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA**

**3.1** - Segue anexa a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, composta por licitantes que aceitarem praticar preço igual ao do licitante vencedor, observada a ordem de classificação do certame.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E DA FORMA DE ENTREGA DO OBJETO**

**4.1** - A vigência do futuro contrato estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

**4.2** - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 30 (trinta) dias corridos, após cada solicitação.

**4.2.1** - No caso de expedição de Autorização de Fornecimento (AF), a forma de entrega será única e em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data da solicitação.

**4.3** - O local para entrega será:

**a) Para o Hospital Municipal São José:** Setor de Patrimônio e Engenharia Clínica, situado à Travessa São José N°540, fundos, ao lado do prédio da ACE - Associação Catarinense de Ensino, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC - CEP 89.202-010. Horário de entrega das 08h30min às 15h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**b) Para a Secretaria da Saúde:** Setor de Patrimônio, situado à Avenida Getúlio Vargas, 99, bairro Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-205. Horário de entrega das 08h30min às 15h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**4.4** - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

### **CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO**

**5.1** - A contratação do(s) proponente(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Termo de Contrato/Autorização de Fornecimento (AF), da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação do Município.

**5.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento (AF):**

**5.2.1** - Homologado o resultado da licitação, os vencedores serão convocados para assinatura eletrônica do contrato, que deverá ocorrer **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).**

**5.2.2** - O(s) representante(s) legal(is) do(s) vencedor(s) receberá(ão) um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica, o qual indicará o *link* para acesso.

**5.2.3** - É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

**5.3** - Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

**5.3.1** - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á das sanções previstas neste instrumento.

**5.4** - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o termo contratual e/ou Autorização de Fornecimento (AF), o proponente vencedor obriga-se a fornecer os bens registrados, conforme especificações e condições contidas na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, e também na proposta apresentada.

**5.5 - Para assinatura eletrônica do Contrato o vencedor deverá:**

**5.5.1** - Apresentar certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do proponente e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e a **Certidão de Negativas Débitos Trabalhistas**, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**5.5.2** - Caso a assinatura do termo contratual seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

**6.1** - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**6.1.1** - O Município responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**6.2** - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do Município, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**6.3** - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

**6.4** - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

**6.5** - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**7.1** - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante emissão de Autorização de Fornecimento/AF e Termo de Contrato dos itens contratados.

**7.2** - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**7.3** - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES**

**8.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO** são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

**8.2** - Penalidades que poderão ser cominadas ao **PROPONENTE/CONTRATADO**, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

I - **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

a) Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

**a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

**a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

**a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

**c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

**c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

**c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

d) De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

**II - Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville ou do SICAF **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 49, do Decreto Federal nº 10.024/2019:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato ou assinar ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

e) causar o atraso na execução do objeto;

f) não manter a proposta;

g) desistir de lance realizado na fase de competição;

h) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

i) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

j) fraudar a execução do contrato;

k) falhar na execução do contrato;

l) declarar informações falsas;

m) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

**8.3 - As sanções também se aplicam aos integrantes do Cadastro de Reserva, que quando convocados, não honrarem o compromisso assumido.**

**8.4 - As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que o PROPONENTE/CONTRATADO tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.**

**8.5 - Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do PROPONENTE/CONTRATADO, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do PROPONENTE/CONTRATADO, nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.**

**8.6 - As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do PROPONENTE/CONTRATADO.**

**8.7 - Nenhum pagamento será realizado ao PROPONENTE/CONTRATADO enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência**

contratual.

## **CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DA ATA**

**9.1** - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

**9.2** - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**9.3** - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**9.4** - A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

**9.5** - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

**10.2** - O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

**10.3** - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

**10.4** - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA**

**11.1** - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Órgão Gerenciador/Unidade de Suprimentos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC,

com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

**ANEXO V**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
**TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2022**

Termo de Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE JOINVILLE**, por intermédio do **Fundo Municipal de Saúde de Joinville**, inscrito no CNPJ sob o nº 08.184.821/0001-37 e do **Hospital Municipal São José**, inscrito no CNPJ sob o nº 84.703.248/0001-09, ora em diante denominados **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. Jean Rodrigues da Silva, respectivamente Secretário Municipal da Saúde e Diretor Presidente, e a empresa xxxxxx, inscrita no C.N.P.J. nº. XX.XXX.XXX/XXXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. xxxxxx, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, firmam o presente contrato, oriundo da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 057/2022**, pelo qual se obriga a fornecer o objeto deste Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de licitação e nas cláusulas seguintes, a ser regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 28.024, de 09 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 27.082, de 28 de junho de 2016, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato**

**1.1** - Este contrato tem por objeto a **Aquisição de equipamentos específicos para centro Cirúrgico e para Central de Material Esterilizado - CME para a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José**, conforme descrição abaixo:

**CLÁUSULA SEGUNDA - Forma de Fornecimento**

**2.1** - O fornecimento do objeto do presente contrato será de **forma parcelada**, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

**2.2** - Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório **Pregão Eletrônico nº 057/2022** e à proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - Preço**

**3.1** - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ xx,00 (valor por extenso), sendo o mesmo fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento**

**4.1** - O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) da licitação, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

**4.1.1** - O **CONTRATANTE** responsabilizar-se-á pelo pagamento resultantes de modificações contratuais sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Gestora do Contrato, observados os limites do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**4.2** - O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do **CONTRATANTE**, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho e das negativas fiscais regularizadas (Federal (conjunta com a contribuição previdenciária), Estadual, Municipal, FGTS e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas), conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

**4.3** - As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

**4.4** - O pagamento da Nota Fiscal será efetuado em até 30 (trinta) dias após o aceite da medição/produto, de acordo com o Processo SEI de Gestão-Certificação de Documento Fiscal.

**4.5** - Em caso de atraso dos pagamentos por culpa exclusiva da Administração, será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

### **CLÁUSULA QUINTA - Prazo e Local de Entrega do Objeto**

**5.1** - A vigência do contrato será até 31 de dezembro do ano correspondente, contados a partir da assinatura do contrato.

**5.2** - O objeto deverá ser entregue de forma parcelada, em até 30 (trinta) dias corridos, após cada solicitação.

**5.3** - O local para entrega será:

**a) Para o Hospital Municipal São José:** Setor de Patrimônio e Engenharia Clínica, situado à Travessa São José N°540, fundos, ao lado do prédio da ACE - Associação Catarinense de Ensino, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC - CEP 89.202-010. Horário de entrega das 08h30min às 15h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**b) Para a Secretaria da Saúde:** Setor de Patrimônio, situado à Avenida Getúlio Vargas, 99, bairro Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-205. Horário de entrega das 08h30min às 15h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

**5.4** - Para fins de contagem dos prazos previstos será considerado como data de assinatura do contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

### **CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas**

**6.1** - As despesas provenientes do objeto deste contrato correrão pela seguinte dotação orçamentária:

### **CLÁUSULA SÉTIMA - Gestão do Contrato**

**7.1** - A gestão do contrato será realizada pela **Secretaria Municipal da Saúde**, gestora do Fundo Municipal de Saúde e pelo **Hospital Municipal São José**, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização**

**8.1** - O **CONTRATANTE** exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

**8.2** - A fiscalização do **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

### **CLÁUSULA NONA - Responsabilidades do CONTRATANTE**

**9.1** - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato.

**9.2** - Determinar, quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita execução do contrato e a tutelar o interesse público.

**9.3** - Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste contrato visando proteger o interesse público.

**9.4** - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**9.5** - Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste contrato.

**9.6** - Conferir, fiscalizar, vistoriar e aprovar o objeto entregue, conforme especificações técnicas contidas

nos Anexos I e VII do Edital.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA**

**10.1** - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar acréscimos ou supressões que o **CONTRATANTE** realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

**10.2** - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste contrato e do **Edital de Pregão Eletrônico nº 057/2022** e seus anexos.

**10.3** - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

**10.4** - Deverá proceder as correções que se tornarem necessárias à perfeita entrega do objeto contratado, fornecendo-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização do **CONTRATANTE** e especificações técnicas, qualidade e quantidades, constantes nos **Anexos I e VII** do Edital.

**10.5** - Todas as despesas decorrentes do transporte, entrega e em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da **CONTRATADA**.

**10.6** - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado.

**10.7** - Comunicar ao **CONTRATANTE** toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato.

**10.8** - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato.

**10.9** - Manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer alteração.

**10.10** - Cumprir todas as obrigações, especificações técnicas e condições de garantia dispostas no **Anexo VII - Termo de Referência** do Edital.

**10.11** - A **CONTRATADA**, quando couber, deverá cumprir o disposto na Lei Municipal nº 8.772/19, que dispõe sobre a instituição do Programa de Integridade nas pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública Municipal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções**

**11.1** - As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

**11.2** - Penalidades que poderão ser cominadas à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 15 da Instrução Normativa nº 04/2017 desta Secretaria de Administração e Planejamento, aprovada pelo Decreto nº 30.159/17:

I - **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, nos casos:

**a)** Nos casos de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato, correspondente ao valor total da proposta de:

**a.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

**a.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

**a.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

**b)** 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

**c)** Nos casos de inexecução contratual total, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder, correspondente ao valor total da proposta de:

**c.1) 15% (quinze por cento) para os itens com valores de até R\$ 10.000,00;**

**c.2) 10% (dez por cento) para os itens com valores de R\$ 10.000,01 a 50.000,00;**

**c.3) 5% (cinco por cento) para os itens com valores acima de R\$ 50.000,01.**

**d)** De até 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

**II - Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro de Fornecedor do Município de Joinville ou do SICAF **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 49, do Decreto Federal nº 10.024/2019:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento (AF) ou assinar o contrato ou assinar ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

e) causar o atraso na execução do objeto;

f) não manter a proposta;

g) desistir de lance realizado na fase de competição;

h) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;

i) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;

j) fraudar a execução do contrato;

k) falhar na execução do contrato;

l) declarar informações falsas;

m) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

**11.3 - As sanções também se aplicam aos integrantes do Cadastro de Reserva, que quando convocados, não honrarem o compromisso assumido.**

**11.4 -** As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do Município até o dia de pagamento que a **CONTRATADA** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

**11.5 -** Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da **CONTRATADA**, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da **CONTRATADA**, nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

**11.6 -** As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**.

**11.7 -** Nenhum pagamento será realizado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Rescisão**

**12.1 -** A rescisão do presente poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

b) a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima-primeira;

c) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

d) constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

e) em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

f) a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

g) ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

**12.2** - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do **CONTRATANTE**, a rescisão importará em impedimento de licitar e contratar com o Município, na forma do inciso II, do subitem 11.2.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Recebimento Provisório e Definitivo**

**13.1** - Os itens na entrega serão recebidos, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo XXX, da seguinte forma:

**13.1.1.** Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações, quantidades e o acondicionamento do produto no momento da entrega.

**13.1.1.1** O recebimento provisório não implica em aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda do item, do fornecedor ao órgão recebedor.

**13.1.2** Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações, quantidades e o acondicionamento do produto. Itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos, danificados ou com aparência duvidosa, farão com que os mesmos não sejam aceitos. A avaliação do item, para recebimento definitivo ou recusa se dará até 15 (quinze) dias corridos do recebimento provisório.

**13.1.3** A retirada do item em caso de não aceitação do produto, e a reposição do mesmo, deverá acontecer no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de solicitação pela **CONTRATANTE**, sendo que o transporte e outros necessários, serão por conta da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Legislação Aplicável**

**14.1** - Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei nº 10.520/02;
- b) Lei nº 8.666/93;
- c) Lei Complementar nº 123/06;
- d) Decreto nº 10.024/19;
- e) Código de Defesa do Consumidor;
- f) Código Civil;
- g) Código Penal;
- h) Código Processo Civil;
- i) Código Processo Penal;
- j) Legislação trabalhista e previdenciária;
- k) Estatuto da Criança e do Adolescente;
- l) Demais normas aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Foro**

**15.1** - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

**15.2** - E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, através

do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **CONTRATANTE**.

**ANEXO VI**  
**MINUTA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)**

**Número:**

**Emissão:**

**Objeto:**

**Complemento:** OBSERVAÇÕES: 1) Emitir nota fiscal em nome de: **MUNICÍPIO DE JOINVILLE – Fundo Municipal de Saúde de Joinville, inscrito no CNPJ sob nº 08.184.821/0001-37, Hospital Municipal São José, inscrito no CNPJ sob nº 84.703.248/0001-09.** 2) Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital. 3) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação Pregão Eletrônico nº 057/2022, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos proponentes vencedores e que deram suporte ao julgamento da licitação.

**Órgão Orçam.:**

**Ação:**

**Un. Orçam.:**

**Despesa:**

**Função:**

**Elemento:**

**Subfunção:**

**Detalhamento:**

**Programa:**

**Fonte de recurso:**

**Licitação:**

**Modalidade:**

**Finalidade:**

**Ata de reg. de preço:**

**Pré-empenho:**

**Empenho:**

**Fornecedor:**

**CPF/CNPJ:**

**Endereço:**

**CEP:**

**Fone:**

**Cidade:**

**E-mail:**

**Banco:**

**Agência:**

**C/C:**

**Tipo de entrega:**

**Prazo de entrega:**

**Local de entrega:**

**Pagamento:**

**Programação financeira**

<b>Parcela</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor(R\$)</b>	<b>Parcela</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Valor(R\$)</b>
----------------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------	-------------------

**Fica autorizado o fornecimento dos itens abaixo discriminados:**

Item	Quantidade	Unidade de medida	Material/Serviço	Valor unitário(R\$)	Valor total(R\$)
------	------------	-------------------	------------------	---------------------	------------------

**Valor desta autorização:**

Nota: Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital da presente licitação desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo proponente vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

**ANEXO VII****TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÃO SEI Nº 00011461385/2021 - SES.UAF.ACP****1-Objeto para a contratação:**

Aquisição de equipamentos específicos para centro Cirúrgico e para Central de Material Esterilizado - CME para a Secretaria da Saúde e Hospital Municipal São José, através de Sistema de Registro de Preços.

**2-Especificações técnicas:**

Item	Código	Denominação	Descrição	Unidade de Medida	Quant. HMSJ	Quant. SMS	Total
1	22442	APARELHO DE ANESTESIA COM MONITOR MULTIPARÂMETROS	<p>APARELHO DE ANESTESIA COMPLETO COM MONITORIZAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1. GENERALIDADES</li> <li>• 2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS:</li> </ul> <p>2.1 DEVE SER MÓVEL;            2.1.1 DEVE SER CONSTRUÍDO EM CHAPA DE AÇO PINTADO OU INOXIDÁVEL;            2.1.2 DEVE POSSUIR UMA GAVETA, NO MÍNIMO;            2.1.3 DEVE TER MESA DE TRABALHO;            2.1.4 DEVE TER PRATELEIRA SUPERIOR PARA MONITORES;            2.1.5 DEVE POSSUIR RODÍZIOS DE BORRACHA COM FREIOS;            2.2 BLOCO DE FLUXÔMETROS ELETRÔNICO E ADMINISTRAÇÃO ELETRÔNICA (MISTURADOR ELETRÔNICO):</p>	UNIDADE	5	-	5

2.2.1 FLUXÔMETRO DIGITAL PARA OXIGÊNIO;  
2.2.2 FLUXÔMETRO DIGITAL PARA ÓXIDO NITROSO;  
2.2.3 FLUXÔMETRO DIGITAL PARA AR COMPRIMIDO;  
2.2.4 ADMINISTRAÇÃO ELETRÔNICA DOS GASES, OU SEJA, MISTURADOR (BLENDER) ELETRÔNICO COM AJUSTE DE FLUXO TOTAL DE NO MÍNIMO 0,3 A 15 L/MIN, AJUSTE ELETRÔNICO MISTURA DE DE FIO2 DE 25 A 100%, COM MISTURA DE O2 E AR COMPRIMIDO COM N2O;  
2.2.5 SEGURANÇA CONTRA FALTA DE FLUXO DE OXIGÊNIO E HIPOXIA, OU SEJA, SISTEMA PROPORCIONAL ONDE O LIMITE MÍNIMO DE 26% DE OXIGÊNIO NA MISTURA O2 N2O É GARANTIDO PARA O FLUXO DE OXIGÊNIO E SISTEMA DE BLOQUEIO DO N2O NA AUSÊNCIA DE FLUXO DE O2;  
2.2.6 DEVE POSSUIR ALARME PARA FALHA DE FORNECIMENTO DE GASES;  
2.2.7 DEVE POSSUIR FLUXÔMETRO ANALÓGICO AUXILIAR PARA ENTREGA DE AGENTE ANESTÉSICO E O2 OU SOMENTE O2;  
2.2.8 POSSUIR FERRAMENTA DE SEGURANÇA EM MODALIDADE DE BAIXO FLUXO, E OU FERRAMENTA DE ANÁLISE DE GÁS FRESCO PARA O PACIENTE;  
2.3 VAPORIZADORES PARA AGENTES ANESTÉSICOS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:  
2.3.1 DEVEM SER

CALIBRADOS, SENDO FORNECIDO OS SEGUINTE VAPORIZADORES;

2.3.2 (01) UM VAPORIZADOR PARA USO DE AGENTE ANESTÉSICO SEVOFLURANO;

2.3.3 (01) UM VAPORIZADOR PARA USO DE AGENTE ANESTÉSICO ISOFLURANO;

2.3.4 COM COMPENSAÇÃO DE FLUXO, TEMPERATURA E PRESSÃO;

2.3.5 INDICADOR VISUAL PARA VERIFICAÇÃO DO NÍVEL DE AGENTE ANESTÉSICO;

2.4 SISTEMA RESPIRATÓRIO:

2.4.1 SISTEMA COM ABSORVEDOR, COM CANISTER PARA ABSORVENTE DE CO<sub>2</sub> (CAL SODADA), ÚNICO E TRANSPARENTE, CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MÍNIMA DE 0,7 LITROS E MÁXIMA DE 1,6 LITROS, FIXADO ATRAVÉS DE SISTEMA DE ENGATE RÁPIDO (OU 1/4 VOLTA), POSSIBILITANDO SUA SUBSTITUIÇÃO DURANTE PROCEDIMENTO ANESTÉSICO;

2.4.2 VÁLVULAS INSPIRATÓRIA E EXPIRATÓRIA QUE PERMITAM DESMONTAGEM SIMPLES PARA LIMPEZA, TRANSPARENTES PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DO SEU FUNCIONAMENTO, INTEGRADAS E FIXADAS AO CORPO DO ABSORVEDOR;

2.4.3 VISUALIZAÇÃO DIGITAL PARA PRESSÃO ENDOTRAQUEAL NO MÍNIMO DE ZERO A 70 CMH<sub>2</sub>O;

2.4.4 SISTEMA DE

MUDANÇA DE MODO VENTILATÓRIO MANUAL PARA MECÂNICO SEM A NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO CIRCUITO RESPIRATÓRIO;

2.4.5 VÁLVULA APL GRADUADA, COM SISTEMA DE ALÍVIO RÁPIDO DE PRESSÃO DE VIAS AÉREAS DURANTE A VENTILAÇÃO MANUAL;

2.4.6 SISTEMA QUE PERMITA UTILIZAÇÃO DE CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS SEM ABSORVEDOR CO<sub>2</sub>, ATRAVÉS DE DESVIO DO FLUXO DE GASES FRESCOS DO SISTEMA COM ABSORVEDOR, ACIONADO POR MEIO DE BOTÃO E OU ALAVANCA;

2.4.7 SISTEMA DE SEGURANÇA QUE PERMITA A VENTILAÇÃO MECÂNICA MANUAL SEM NECESSIDADE DE ACIONAMENTO ELETRO - ELETRÔNICO DO EQUIPAMENTO, EM CASO DE EMERGÊNCIA VENTILATÓRIA OU AVARIA DO SISTEMA ELETRO - ELETRÔNICO;

2.4.8 DEVE POSSUIR TESTE DE VAZAMENTO PARA O CIRCUITO DE PACIENTE E SISTEMA VENTILATÓRIO.

2.4.9 TRÊS (03) CIRCUITOS RESPIRATÓRIOS, COM REINALAÇÃO PARCIAL, TAMANHO ADULTO, AUTOCLAVÁVEIS;

2.4.10 MÁSCARAS EM TRÊS TAMANHOS. ESTERILIZÁVEIS. (03 TRÊS UNIDADES DE CADA TAMANHO);

2.4.11 BALÕES EM TRÊS TAMANHOS. ESTERILIZÁVEIS. (03 TRÊS UNIDADES DE CADA TAMANHO);

2.4.12 SENSORES DE FLUXO AUTOCLAVÁVEIS

E OU ESTERILIZÁVEIS;  
2.5 VENTILADOR  
ELETRÔNICO  
MICROPROCESSADO  
PARA ANESTESIA:  
2.5.1 VENTILADOR  
ELETRÔNICO PARA  
PACIENTE ADULTO;  
2.5.2 DEVE POSSUIR  
MONITOR DE VIDEO DE  
CRISTAL LIQUIDO DE 10",  
NO MÍNIMO;  
2.5.3 DEVE POSSUIR OS  
MÓDULOS  
VENTILATÓRIOS VCV,  
PCV, SIMV/PS MANUAL E  
ESPONTÂNEO, CPAP;  
2.5.4 FREQUÊNCIA  
RESPIRATÓRIA: 4 A 80  
MRPM, NO MÍNIMO; 2.5.5  
VOLUME CORRENTE: 20 A  
1400 ML, NO MÍNIMO;  
2.5.6 CONTROLE DE  
PEEP DE OFF, 4 A 20  
CMH2O E DESLIGADO;  
2.5.7 PRESSÃO  
INSPIRATÓRIA DE 5 A 50  
CMH2O;  
2.5.8 SENSIBILIDADE POR  
PRESSÃO DE (-)0,2 A (-)10  
CMH2O E/OU FLUXO DE  
0,3 A 10 L/MIN;  
2.5.9 BATERIA INTERNA  
RECARREGÁVEL COM  
DURAÇÃO MÍNIMA DE 30  
MINUTOS;  
2.5.10 RELAÇÃO I:E (2:1 A  
1:4);  
2.5.11 CURVAS  
MONITORADAS:  
(PRESSÃO X TEMPO),  
(FLUXO X TEMPO) E  
(VOLUME X TEMPO), OU  
(CO2 X TEMPO); 2  
2.5.12 GRÁFICO EM LOOP:  
PRESSÃO POR VOLUME E  
FLUXO POR VOLUME  
2.5.13 VALORES  
NUMÉRICOS  
MONITORADOS:  
2.5.13.1 PRESSÃO  
INSPIRATÓRIA : MÁXIMA  
E MÉDIA;  
2.5.13.2 VOLUME  
CORRENTE;  
2.5.13.3 VOLUME MINUTO;  
2.5.13.4 FREQUÊNCIA  
RESPIRATÓRIA;

2.5.13.5 FIO2  
2.5.13.6 MONITORAÇÃO DO VOLUME CONSUMIDO DURANTE O PROCEDIMENTO PARA OS GASES ANESTÉSICOS E OXIGÊNIO, NO MÍNIMO;  
2.6 MONITORIZAÇÃO REALIZADA PELO CONJUNTO QUE COMPÕE O APARELHO DE ANESTESIA:  
2.6.1 MONITOR MULTIPARAMETROS DE NO MÍNIMO 15", INTEGRADO OU QUE COMPOHA O CONJUNTO DO APARELHO DE ANESTESIA, COM ECG, RESPIRAÇÃO, PNI, OXIMETRIA DE PULSO, TEMPERATURA, CAPNOGRAFIA, PRESSÃO INVASIVA, GASES ANESTÉSICOS, TNM (TRANSMISSÃO NEURO MUSCULAR) E BIS (ÍNDICE BI ESPECTRAL) PARA USO EM PACIENTES ADULTOS  
2.6.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS:  
2.6.3 PARA USO GERAL EM PACIENTE ADULTO E INFANTIL, DEVENDO APRESENTAR OS SEGUINTE PARÂMETROS:  
2.6.3.1 MONITORAÇÃO DE ECG;  
2.6.3.2 MONITORAÇÃO DE TEMPERATURA;  
2.6.3.3 MONITORAÇÃO DE PRESSÃO NÃO - INVASIVA;  
2.6.3.4 MONITORAÇÃO DE PRESSÃO INVASIVA;  
2.6.3.5 OXIMETRIA DE PULSO;  
2.6.3.6 RESPIRAÇÃO;  
2.6.3.7 MONITORAÇÃO DE ETCO2;  
2.6.3.8 ANÁLISE DE GASES;  
2.6.3.9 TNM (TRANSMISSÃO NEURO MUSCULAR);  
2.6.3.10 MONITORAÇÃO DE BIS (ÍNDICE BI

ESPECTRAL), O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MONITOR DE VIDEO DE CRISTAL LIQUIDO DE 15", NO MÍNIMO, O MONITOR MULTIPARÂMETROS DEVE SER ACOPLADO AO APARELHO DE ANESTESIA, DEVE PERMITIR A VISUALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DAS CURVAS E VALORES NUMÉRICOS NO VIDEO, SENDO O OPERADOR RESPONSÁVEL PELA ESCOLHA DOS PARÂMETROS A SEREM VISUALIZADOS;

2.6.4 AS ENTRADAS DOS CIRCUITOS DEVEM SER ISOLADAS DA REDE ELÉTRICA (FLUTUANTES) E POSSUIR CIRCUITO DE PROTEÇÃO CONTRA DEFIBRILAÇÃO;

2.6.5 DEVE FUNCIONAR COM BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 15 MINUTOS;

2.6.6 DEVE POSSUIR UMA SAÍDA DE VÍDEO PARA CONEXÃO DE MONITORES ESCRAVOS COMPATÍVEIS COM ENTRADAS AV E/OU VGA E/OU DVI E/OU HMDI DE MONITORES DE VÍDEO;

2.7 GRÁFICOS:

2.7.1 EM FORMA DE GRÁFICOS;

2.7.1.1 CURVAS - O MONITOR DEVERÁ APRESENTAR GRAFICAMENTE, NO MÍNIMO 5 (CINCO) CURVAS (FORMAS DE ONDA) ESCOLHIDAS PELO OPERADOR SENDO ELAS:

2.7.1.1.1 ECG,

2.7.1.1.2 PLETISMOGRAMA;

2.7.1.1.3 RESPIRAÇÃO;

2.7.1.1.4 CAPNOGRAMA;

2.7.1.1.5 PRESSÕES

INVASIVAS;  
2.7.1.1.6 ETCO2  
2.7.2 TENDÊNCIAS:  
2.7.2.1 O MONITOR  
DEVERÁ APRESENTAR  
GRAFICAMENTE AS  
TENDÊNCIAS DOS  
PARÂMETROS  
MONITORADOS.  
2.7.3 NUMÉRICAS:  
2.7.3.1 O MONITOR  
DEVERÁ APRESENTAR  
NEMERICAMENTE OS  
SEGUINTEES ESCOLHIDOS  
PELO OPERADOR:  
2.7.3.1.1 FREQUÊNCIA  
CARDÍACA;  
2.7.3.1.2 SATURAÇÃO DE  
OXIGÊNIO;  
2.7.3.1.3 FREQUÊNCIA  
RESPIRATÓRIA;  
2.7.3.1.4 AFERIÇÃO  
DE TEMPERATURA;  
2.7.3.1.5 AS PRESSÕES  
DIASTÓLICA, SISTÓLICA E  
MÉDIA:  
2.7.3.1.6 PRESSÕES  
INVASIVAS;  
2.7.3.1.7 CO2 EXPIRADO;  
2.7.3.1.8 ANÁLISE DE  
GASES ANESTÉSICOS:  
2.7.3.1.8 O2;  
2.7.3.1.9 NO2;  
2.7.4 VISUAIS:  
2.7.4.1 O MONITOR DEVE  
PERMITIR A  
VISUALIZAÇÃO DE:  
2.7.4.1.1 TABELAS E  
GRÁFICOS DE  
TENDÊNCIAS DOS  
PARÂMETROS  
MONITORADOS;  
2.7.4.1.2 CURVAS E  
VALORES NUMÉRICOS,  
MONITORADOS  
SIMULTANEAMENTE;  
2.7.4.2 ALARMES:  
2.7.4.2.1 AS FALHAS  
OCORRIDAS COM O  
SISTEMA;  
2.7.4.2.2 ALIMENTAÇÃO  
DA REDE  
ELÉTRICA/BATERIA;  
2.7.5 SONORAS:  
2.7.5.1 A SÍSTOLE  
(BATIMENTO CARDIACO);  
2.7.6 ALARMES:  
2.7.6.1 OS LIMITES DE

ALARME DEVEM SER SELECIONADOS PELO OPERADOR. O MONITOR DEVE POSSUIR:

2.7.6.1.1 ALARME DE BRADICARDIA E TAQUICARDIA;

2.7.6.1.2 ALARME PARA ELETRODO DE ECG SOLTO;

2.7.6.1.3 ALARME PARA SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO MÁXIMA E MÍNIMA;

2.7.6.1.4 ALARME DE SENSOR DE SPO2 DESCONECTADO;

2.7.6.1.5 ALARME PARA PRESSÃO NÃO-INVASIVA MÁXIMA E MÍNIMA:

2.7.6.2 DIASTÓLICA E SISTÓLICA;

2.7.6.3 ALARME PARA RESPIRAÇÃO MÁXIMA E MÍNIMA:

2.7.6.4 ALARME PARA APNEIA;

2.7.6.5 ALARMES DE NÍVEL DE ETCO2 MÁXIMA E MINIMA;

2.7.6.6 ALARMES DE CONCENTRAÇÃO MÁXIMA E MINIMA DE CO2, NO2, O2 E AGENTES ANESTÉSICOS INSPIRADO E EXPIRADO;

2.7.7 MONITORIZAÇÃO DE ECG:

2.7.7.1 SELEÇÃO DE, NO MÍNIMO SETE DERIVAÇÕES PELO OPERADOR (I, II, III, AVR, AVL, AVF E V):

2.7.7.2 SENSIBILIDADE:

2.7.7.2.1 5 MM/MV (N/2),

2.7.7.2.2 10MM/MV (N/2),

2.7.7.2.3 20MM/MV (N/2);

2.7.7.3 VELOCIDADE:

2.7.7.3.1 12,5 MM/S

2.7.7.3.2 25 MM/S

2.7.7.4 FAIXA MÍNIMA DA FREQUÊNCIA CARDÍACA:

2.7.7.4.1 30 BPM A 280 BPM;

2.7.7.5 ERRO MÁXIMO (EXATIDÃO): +/- 3BPM;

2.7.8 MONITORIZAÇÃO DE RESPIRAÇÃO:

2.7.8.1 DETECÇÃO DA

RESPIRAÇÃO ATRAVÉS DE ECG E ETCO<sub>2</sub>;  
2.7.9 MONITORAÇÃO DE PRESSÃO NÃO- INVASIVA: MEDIR AS PRESSÕES DIASTÓLICA, SISTÓLICA E MÉDIA, ATRAVÉS DE MÉTODO OSCILOMÉTRICO.  
2.7.9.1 DEVE OPERAR EM MODO MANUAL E AUTOMÁTICO COM PROGRAMAÇÃO;  
2.7.9.2 FAIXA DE MEDIÇÃO PARA PRESSÃO:  
2.7.9.2.1 SISTÓLICA 60 MMHG A 240 MMHG;  
2.7.9.2.2 DIASTÓLICA 10 MMHG A 210MMHG;  
2.7.9.3 ERRO MÁXIMO +/- 10MMHG;  
2.7.9.4 MÁXIMA PRESSÃO ADMISSÍVEL NO MANGUITO:  
2.7.9.4.1 300 MMHG +/- 10%  
2.7.10 MONITORAÇÃO DE PRESSÃO INVASIVA (NO MÍNIMO 3 CANAIS):  
2.7.10.1 MEDIR PRESSÃO ARTERIAL MÉDIA - PAM;  
2.7.10.2 MEDIR PRESSÃO VENOSA CENTRAL - PVC;  
2.7.10.3 MEDIR PRESSÃO INTRACRANIANA - PIC ATRAVÉS DE CATETER;  
2.7.11 MONITORAÇÃO OXIMETRIA DE PULSO:  
2.7.11.1 FAIXA DE MEDIÇÃO PARA SPO<sub>2</sub>: 70% A 99%;  
2.7.11.2 ERRO MÁXIMO (SPO<sub>2</sub>): +/- 3% DE (80% A 99%);  
2.7.11.3 TEMPO DE RESPOSTA INFERIOR A 30 SEG.  
2.7.11.4 DEVE APRESENTAR O PLETISMOGRAMA;  
2.7.11.5 RESOLUÇÃO: 1%;  
2.7.12 MONITORAÇÃO TEMPERATURA:  
2.7.12.1 FAIXA DE MEDIÇÃO 25°C A 41°C  
2.7.12.2 ERRO MÁXIMO +/- 0,2°C  
2.7.13 MONITORAÇÃO

CAPNOGRAFIA  
2.7.13.1 DEVE MEDIR  
CONCENTRAÇÕES  
EXPIRADAS E  
INSPIRADAS DE CO<sub>2</sub>;  
2.7.13.2 DEVE POSSUIR  
COMPENSAÇÃO  
AUTOMÁTICA PARA  
PRESSÃO ATMOSFÉRICA;  
2.7.13.3 DEVE MOSTRAR  
CAPNOGRAMA EM TEMPO  
REAL;  
2.7.13.4 DEVE UTILIZAR  
SISTEMA DE MEDIÇÃO  
SIDESTREAM; MEDIÇÕES  
DE CONCENTRAÇÃO:  
2.7.13.4.1 FAIXA DE  
MEDIÇÃO: 0 MMHG A 76  
MMHG, NO MINIMO;  
2.7.13.5.2 ERRO MÁXIMO  
+/- 5 MMHG.  
2.7.14 MONITORAÇÃO O<sub>2</sub>  
2.7.14.1 FAIXA DE  
MEDIÇÃO 0% A 99% ERRO  
MÁXIMO:+/- 3%  
2.7.15 MONITORAÇÃO  
NO<sub>2</sub>:  
2.7.15.1 FAIXA DE  
MEDIÇÃO: 0% A 80%  
2.7.15.2 ERRO MÁXIMO  
+/-5%  
2.7.16 MONITORAÇÃO DE  
AGENTES ANESTÉSICOS  
TIPO:  
2.7.16.1 SEVOFLURANO;  
2.7.16.2 ISOFLURANO;  
2.7.16.3 DESFLURANO;  
2.7.17 MONITORAÇÃO  
TNM (TRANSMISSÃO  
NEURO MUSCULAR):  
2.7.17.1 MONITORAÇÃO  
DO NÍVEL DE  
RELAXAMENTO DAS  
ATIVIDADES NEURO-  
MUSCULARES.  
2.7.18 MONITORAÇÃO DE  
BIS (INDICE BI  
ESPECTRAL).  
2.8 ACESSÓRIOS:  
2.8.1 UM (01) CABO DE  
ALIMENTAÇÃO PARA  
REDE ELÉTRICA (TIPO  
2P+T) SEGUNDO PADRES  
ABNT;  
2.8.2 DOIS (02) CABOS DE  
ECG COM 5 VIAS;  
2.8.3 DUAS (02)  
MANGUEIRAS MEDIÇÃO

DEPRESSÃO NÃO-  
INVASIVA (PARA  
CONEXÃO ENTRE O  
MONITOR E O  
MANGUITO);  
2.8.4 TRÊS (03)  
MANGUITOS DE NYLON  
PACIENTE ADULTO PARA  
REUTILIZÁVEIS;  
2.8.5 DOIS (02)  
MANGUITOS DE NYLON  
PARA USO EM PACIENTES  
OBESOS REUTILIZÁVEIS:  
2.8.6 DOIS(02) MANGUITOS  
DE NYLON PARA USO EM  
PACIENTE  
INFANTIL REUTILIZÁVEIS;  
2.8.7 TRÊS (03) SENSORES  
DE OXIMETRIA  
REUTILIZÁVEIS  
(INCLUINDO CABO) PARA  
USO ADULTO TIPO  
"CLIQUE" OU "SOFT";  
2.8.8 DOIS (02) SENSORES  
DE OXIMETRIA  
REUTILIZÁVEIS  
(INCLUINDO CABO) PARA  
USO INFANTIL TIPO "Y":  
2.8.9 DOIS (02) SENSORES  
TEMPERATURA PELE;  
2.8.10 DOIS (02) SENSORES  
TEMPERATURA  
ESOFÁGICO;  
2.8.11 UM (01) CABO  
COMPLETO DE  
MONITORAÇÃO DE TNM  
(TRANSMISSÃO NEURO -  
MUSCULAR);  
2.8.12 UM (01) CABO COM  
MÓDULO DE  
MONITORAÇÃO BIS;  
2.8.13 UM (01) CABO DE  
CONEXÃO ENTRE O  
MÓDULO BIS E O SENSOR  
BIS:  
2.8.14 DEZ (10) SENSORES  
DE MONITORAÇÃO BIS;  
2.8.15 CINQUENTA (50)  
UNIDADES DE SAMPLE  
LINE;  
2.8.16 QUINZE (15)  
UNIDADES WATER-TRAP;  
2.8.17 DEZ (10)  
TRANSDUTORES DE  
FLUXO, SE UTILIZAR  
TRANSDUTOR DE FLUXO  
OU 02 (DOIS) SENSORES  
DE FLUXO (SE INTERNO);

			<p>2.8.18 UM (01) KIT DE CALIBRAÇÃO OU REALIZAR A CALIBRAÇÃO (SERVIÇO E MATERIAL) DURANTE O PERÍODO 36 MESES. EM PERIODICIDADE CONFORME DEFINIDO PELO FABRICANTE OU MEDIANTE PEDIDO DA UNIDADE;</p> <p>2.8.19 MANGUEIRAS PARA LIGAÇÃO DA FONTE DE OXIGÊNIO, ÓXIDO NITROSO E AR COMPRIMIDO AO APARELHO DE ANESTESIA;</p> <p>2.8.20 REGULADORES DE PRESSÃO PARA REDE CANALIZADA DE AR COMPRIMIDO, OXIGÊNIO E ÓXIDO NITROSO QUE PERMITA UMA REGULAGEM DE 50 PSI, SE NECESSÁRIO;</p> <p>2.8.21 DEVE POSSUIR SISTEMA ANTI-POLUIÇÃO;</p> <p>2.8.22 DOIS (02) CANISTERS;</p> <p>2.8.23 CONDENSADOR PARA DRENAGEM DO EXCESSO DE UMIDADE PRODUZIDO DA REAÇÃO DO CO2 COM O ABSORVENTE.</p> <p>2.9 ALIMENTAÇÃO: 2.9.1 ELÉTRICA 220V / 60HZ</p>				
2	1397	FOCO CIRÚRGICO FIXO COM AUXILIAR LED	<p>COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: FOCO CIRÚRGICO FIXO, COMPOSTA POR UMA CÚPULA PRINCIPAL E UMA CÚPULA AUXILIAR PARA USO EM SALA DE CIRURGIA.</p> <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS MÍNIMAS: CÚPULA PRINCIPAL DE LED, INTENSIDADE LUMINOSA DE 160.000 LUX A 1 METRO DE DISTÂNCIA, DIÂMETRO DO CAMPO LUMINOSO</p>	UNIDADE	10	-	10

(D10) AJUSTÁVEL DE NO MÍNIMO 22 A 29 CM, PROFUNDIDADE DE ILUMINAÇÃO (L1 +L2): 95 CM, QUANTIDADE MÍNIMA DE 88 LEDS; CÚPULA AUXILIAR DE LED, INTENSIDADE LUMINOSA DE 130.000 LUX A 1 METRO DE DISTÂNCIA, DIÂMETRO DO CAMPO LUMINOSO (D10) AJUSTÁVEL DE NO MÍNIMO 22 A 27 CM, PROFUNDIDADE DE ILUMINAÇÃO (L1 +L2): 60 CM, QUANTIDADE MÍNIMA DE 70 LEDS; AS DUAS CÚPULAS DEVE PERMITIR AJUSTE GRADUAL DE ILUMINAÇÃO DE 44 A 100% COM FUNÇÃO ENDOSCOPIA, O CONTROLE DA INTENSIDADE LUMINOSA DEVE SER FEITO ATRAVÉS DE COMANDO INDIVIDUAL EM CADA UMA DAS CÚPULAS, TEMPERATURA DE COR VARIÁVEL OU FIXA COM VALOR(ES) ENTRE 3.500 E 5.000, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (RA) DE NO MÍNIMO 93; SUPERFÍCIE LISA E ANTICORROSIVA; MANOPLA DE CONTROLE REMOVÍVEL PARA ESTERILIZAÇÃO; VIDA ÚTIL DAS LÂMPADAS DE 30.000 HORAS; O SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO DOS BRAÇOS DEVE TER PELO MENOS 4 ARTICULAÇÕES, COM OS MOVIMENTOS DE 360° LIVRES PARA OS BRAÇOS PRINCIPAIS QUE DEVEM POSSUIR AJUSTE DE FREIO. DEVE TAMBÉM TER MOVIMENTOS DE 360° LIVRES PARA OS BRAÇOS QUE SUPORTAM O PESO DA CÚPULA, QUE DEVEM POSSUIR AJUSTES PARA REGULAR A ALTURA E A FORÇA PARA

			<p>SUPORTAR AS DUAS CÚPULAS (PRINCIPAL E AUXILIAR). O FOCO CIRÚRGICO DEVE TER ESTRUTURA EM ALUMÍNIO E COM PINTURA ELETROESTÁTICA EM TODO O CONJUNTO. ACESSÓRIOS: 06 (SEIS) MANOPLAS ESTERILIZÁVEIS, NO MÍNIMO, PARA O FOCO; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220V/60HZ COM CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA DE 120 W POR CÚPULA; O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR ACOMPANHADO DA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA SUA INSTALAÇÃO.</p>				
3	913832	FOCO CIRÚRGICO MÓVEL	<p>FOCO CIRÚRGICO MÓVEL DE LED. CARACTERÍSTICAS GERAIS MÍNIMAS: MÓVEL, COM 1 CÚPULA, TIPO PEDESTAL, COM BRAÇO ARTICULADO; DEVE SER CONSTRUÍDO DE MATERIAL EXTREMAMENTE RESISTENTE, COM PINTURA ELETROSTÁTICA DE ALTA RESISTÊNCIA; DEVE POSSUIR 04 RODÍZIOS PARA MOVIMENTAÇÃO DO PEDESTAL; DIÂMETRO DO CAMPO LUMINOSO DE 23 CM A 1 METRO DE DISTÂNCIA; FILTROS CALÓRICOS (LUZ FRIA); CONTROLE DE INTENSIDADE DE LUMINOSIDADE E LIGA/DESLIGA NA CÚPULA; TEMPERATURA DE COR ENTRE 4.300 K E 5.500 K; NÍVEL DE ILUMINAÇÃO MÍNIMO DE 50.000 LUX A 1 M DE DISTÂNCIA; VIDA ÚTIL DAS LÂMPADAS 50.000 HORAS; ÍNDICE DE RENDIMENTO DE COR</p>	UNIDADE	-	30	30

			(RA) 95. ACESSÓRIOS 02 MANOPLAS ESTERILIZÁVEIS, CASO O EQUIPAMENTO UTILIZE MANOPLA REMOVÍVEL; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V/60 HZ.				
4	22460	LAVADORA ULTRASSÔNICA ACIMA DE 15 L.	LAVADORA PARA LIMPEZA INTERNA E EXTERNA DE INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS E INSTRUMENTOS CANULADOS DE VÍDEO- LAPAROSCOPIA POR GERADOR DE ULTRA- SOM, COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO MÍNIMA DE 20KHZ; CAPACIDADE: 40 LITROS; ENTRADA AUTOMÁTICA DE ÁGUA FRIA E QUENTE; SENSOR DE NÍVEL; RESERVATÓRIO DE AÇO INOXIDÁVEL INCORPORADO AO SISTEMA; COM DUAS CUBAS, UMA PARA ENXÁGÜE E OUTRA PARA LAVAGEM, COM TAMPAS INDIVIDUAIS; CUBAS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 LISO COM ESPESSURA DE 0,8MM, OU QUALIDADE SUPERIOR; O EQUIPAMENTO DEVE SER CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL INCORPORADO AO SISTEMA; COM DUAS CUBAS, UMA PARA ENXÁGUE E OUTRA PARA EQUIPAMENTO DEVE SER CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE Á CORROSÃO E POSSUIR CESTOS PARA INSTRUMENTAIS E ACESSÓRIOS; COM PROTEÇÃO TERMOSTÁTICA ELETRÔNICA PARA PREVENIR OPERAÇÃO COM EXCESSO DE TEMPERATURA; COM CONTROLE DE TEMPO, TEMPERATURA E NÍVEL DO TANQUE;	UNIDADE	1	-	1

			<p>CONTROLANDO POR MICROPROCESSADOR; TEMPO AJUSTÁVEL: DE 1 ATÉ 99 MINUTOS, CONTÍNUO; MOSTRADOR DIGITAL PARA TEMPERATURA ENTRE 25 A 80°C, APROXIMADAMENTE; DRENO PARA ESCOAMENTO, COM CONEXÃO PARA ESGOTO 220V/60HZ.</p>				
5	22806	SECADORA DE TRAQUEIA	<p>SECADORA DE TRAQUEIAS: EQUIPAMENTO PARA A SECAGEM, PÓS-LAVAGEM, DE TUBOS, MANGUEIRAS, VIDROS E BORRACHAS, ENTRE OUTROS. DEVERÁ SER CONSTRUÍDA EM AÇO INOX AISI 304 OU SUPERIOR COM ACABAMENTO ESCOVADO; DEVERÁ POSSUIR UMA PORTA FRONTAL DE VIDRO; SISTEMA DE VEDAÇÃO RESISTENTE À TEMPERATURA DE TRABALHO; DEVE POSSUIR NO MÍNIMO 06 PRATELEIRAS INTERNAS EM AÇO INOX REMOVÍVEIS E TRILHOS PARA DISPOSITIVOS FIXADORES DE TRAQUEIAS; DEVE POSSUIR 06 RACKS EM AÇO INOX PARA DISPOSITIVOS FIXADORES DE TRAQUEIAS COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 06 TRAQUEIAS EM CADA RACK; DEVE POSSUIR 06 RACKS EM AÇO INOX PARA DISPOSITIVOS FIXADORES DE BALÕES DE RESPIRAÇÃO OU MÁSCARAS COM NO MÍNIMO 04 ENGATES PARA MATERIAIS EM CADA RACK; DEVE POSSUIR 06 RACKS EM AÇO INOX PARA</p>	UNIDADE	1	-	1

			<p>DISPOSITIVOS FIXADORES DE CATETER COM CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 06 CATETERES EM CADA RACK . DEVERÁ SER FORNECIDA COM OS SISTEMAS NECESSÁRIOS PARA PROPORCIONAR A SECAGEM EFICIENTE DE MATERIAIS DE ASSISTÊNCIA VENTILATÓRIA, DENTRE ELES TRAQUEIAS, MÁSCARAS, BALÕES DE VENTILAÇÃO, CÂNULAS DE GUEDEL, INTERMEDIÁRIOS E CONECTORES; DEVE SER CONTROLADA POR SISTEMA ELETRÔNICO PROGRAMÁVEL COM PAINEL DE CRISTAL LÍQUIDO (IHM); DEVE POSSUIR SENSOR DE TEMPERATURA E PERMITIR O CONTROLE DOS PARÂMETROS, POSSUIR TEMPO DE SECAGEM ENTRE 0 A 99 MINUTOS, NO MÍNIMO, POSSUIR TEMPERATURA DE SECAGEM ENTRE 25 E 90°C, NO MÍNIMO; DEVE POSSUIR SISTEMA DE SECAGEM COMPOSTO POR FILTRO BACTERIOLÓGICO COM EFICIÊNCIA DE 99,995%, VENTILADOR E AQUECEDOR; DIMENSÕES EXTERNAS (LXAXP):59CM (± 10CM) X 218CM (± 20CM) X 46CM (± 10CM); CAPACIDADE DA CÂMARA: 240L (± 50L); ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V/60HZ MONOFÁSICO.</p>				
6	27919	SELADORA AUTOMÁTICA COM ESTEIRA PARA MATERIAL COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO	SELADORA TÉRMICA, AUTOMÁTICA, COM SELAGEM CONTÍNUA, COM SUPORTE PARA PAPEL GRAU CIRÚRGICO E FILME DE POLIÉSTER COM POLIPROPILENO, DE	UNIDADE	2	-	2

USO EM PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE À VAPOR. DEVE POSSUIR: PROCESSO CONTÍNUO, COM TRACIONAMENTO POR ESTEIRA (CORREIA SINCRONIZADA); VELOCIDADE DE SELAGEM: 10 M/MIN, NO MÍNIMO; BARRAMENTO DE SELAGEM COM LARGURA DE 12,0 MM NO MÍNIMO; BORDA LIVRE ENTRE A SELAGEM E EXTREMIDADE DO PAPEL COM REGULAGEM ENTRE 0 E 15 MM NO MÍNIMO. DEVE SER CONSTRUÍDA COM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 OU DE QUALIDADE SUPERIOR, ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO E PINTURA ELETROSTÁTICA. DEVE POSSUIR CONTROLE POR MICROPROCESSADOR COM PAINEL DE COMANDO, DISPLAY COM INDICAÇÃO DAS TEMPERATURAS (DEFINIDA E ATUAL) E DATA, MENU EM PORTUGUÊS. DEVE APRESENTAR AS SEGUINTE FUNÇÕES PROGRAMÁVEIS PELO PAINEL: AJUSTE DA TEMPERATURA DE SELAGEM NA FAIXA DE 80 °C A 200 °C, NO MÍNIMO, AJUSTE NOS DADOS DO RELÓGIO E DO CALENDÁRIO, AJUSTE NO FORMATO DE DATAS, AJUSTE DO PERÍODO DE VALIDADE DA SELAGEM E IDENTIFICAÇÃO DO OPERADOR. DEVE POSSUIR SISTEMA DE SEGURANÇA QUE ATUE IMPEDINDO A SELAGEM QUANDO HOVER DESVIO DE PARÂMETRO DO PROCESSO E MÓDULO

		<p>DE IMPRESSÃO COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: IMPRESSÃO DOS CARACTERES DIRETAMENTE NO ENVELOPE, JUNTO COM O PROCESSO DE SELAGEM; IMPRESSÃO DA DATA DE SELAGEM; IMPRESSÃO DA DATA DE VALIDADE, CONFORME O PERÍODO AJUSTADO.</p> <p>ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA: 220V MONOFÁSICO / 60HZ, CABO DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO ABNT (2P+T). O EQUIPAMENTO DEVE SER PASSÍVEL DE VALIDAÇÃO CONFORME EXIGÊNCIA DA RDC 15/2012. DEVE ESTAR ACOMPANHADO DE BANCADA DE ROLOS OU ROLETES DE DESLIZAMENTO RÁPIDO, PARA APOIO DE MATERIAIS PESADOS OU DE DIMENSÕES MAIORES NO DESLOCAMENTO DA SELAGEM.</p>			
--	--	--	--	--	--

### 3-Condições de garantia:

O(s) produto(s) deverão ter garantia legal - nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o fabricante do(s) produto(s) conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

### 4-Prazo de entrega e forma de entrega:

A entrega **ocorrerá de forma parcelada, em até 30 (trinta) dias** corridos contados a partir da solicitação.

Os bens serão recebidos a partir da data de entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no termo de referência da seguinte forma:

4.1. Provisoriamente, a fim de verificar o atendimento às especificações, quantidades e o acondicionamento do produto no momento da entrega.

4.1.1 O recebimento provisório não implica em aceitação, apenas transfere a responsabilidade pela guarda do item, do fornecedor ao órgão receptor.

4.2 Definitivamente, após vistoria que comprove a adequação das especificações, quantidades e o acondicionamento do produto. Itens com embalagens violadas, danificadas e/ou materiais manchados, sujos, danificados ou com aparência duvidosa, farão com que os mesmos não sejam aceitos. A avaliação do item, para recebimento definitivo ou recusa se dará até 15 (quinze) dias corridos do recebimento provisório.

4.3 . A retirada do item em caso de não aceitação do produto, e a reposição do mesmo, deverá acontecer no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, a contar da data de solicitação pela CONTRATANTE, sendo que o transporte e outros necessários, serão por conta da CONTRATADA.

### 5-Local de entrega e horário de entrega:

### 5.1 - Locais de entrega:

Para o Hospital Municipal São José: Travessa São José N°540, fundos, ao lado do prédio da ACE, Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC CEP 89.202-010. Aos cuidados do Patrimônio e Engenharia Clínica.

Para a Secretaria da Saúde: Setor de Patrimônio, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 99, bairro Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP 89.202-205.

### 5.2 - Horário de entrega: das 08h30min às 15h

5.3 - De segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

### 6-Amostras/Prospectos (quando for o caso):

A(s) empresa(s) deverão apresentar uma das seguintes opções para análise técnica:

- Prospecto ou manual técnico devidamente identificado, com informações técnicas, contendo marca e modelo do produto. Se o item for importado, o prospecto deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa.

- Ficha técnica, desde que possua além da descrição técnica, imagem do produto ofertado; caso o item seja importado, a ficha técnica deverá ser apresentado com a devida tradução para a língua portuguesa por tradutor oficial.

#### 6.1-Critérios de Análise (quando for o caso):

As documentações dos itens cotados pelos proponentes neste instrumento, deverão conter todas as informações das características técnicas. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência deverão ser igualadas, como poderão ser superadas, desde que sejam mantidas as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades. Para tal, a licitante deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, registrar este fato em sua proposta. Os produtos cotados deverão preencher todas as especificações técnicas previstas no item 2 do Termo de Referência.

#### 6.2-Função Técnica:

Equipe técnica da Gerencia Administrativa com apoio dos enfermeiros e médicos do Hospital Municipal São José.

### 7-Gestor do contrato:

A gestão do contrato será realizada pela Secretaria Municipal da Saúde- gestora do Fundo Municipal de Saúde- e pelo Hospital Municipal São José, sendo os mesmos responsáveis pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

### 8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 - Substituir no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, após notificada, o(s) produto(s) que apresentar(em) defeito(s), o(s) que vier(em) a apresentar problema(s), que apresentar(em) vício(s) ou defeito(s) oculto(s) que tornem impróprio(s) para uso a que é(são) destinado(s), ou ainda não estejam de acordo com este Termo de Referência, sem ônus para CONTRATANTE.

8.2 - As despesas decorrentes do acondicionamento, carga, transporte, descarga e entrega do objeto correrão por conta da CONTRATADA, conforme normas vigentes;

8.3 - Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, assim como a data prevista para a efetivação da entrega; a solicitação de dilatação do prazo de entrega será analisado pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, que dará parecer favorável ou não após análise.

8.4- Para todos os itens, o(s) equipamento(s) deverá(ão) ser acompanhado(s) por manuais de operação e de serviço em língua portuguesa.

### 9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência;

9.2 - Notificar a(s) empresa(s) CONTRATADA(S) quanto a qualquer irregularidade encontrada;

9.3 - Permitir acesso dos empregados da(s) CONTRATADA(S) às dependências do(s) local(is) de entrega(s);

9.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) CONTRATADA(S), quando necessário;

9.5 - Comunicar formalmente a(s) CONTRATADA(S) qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do(s) produto(s), determinando o que for necessário à sua regularização;

9.6 - Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) produto(s) entregues pela(s) CONTRATADA(S).

#### **10-Condições Gerais (se houver):**

#### **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A empresa deverá apresentar junto com a Proposta: prospecto ou manual técnico escrito na língua portuguesa (ou traduzidos caso seja importado) que possibilite a identificação da marca e modelo do equipamento, seus descritivos técnicos, bem como manuais de operação.

- Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto), quando exigido pela legislação vigente;

- Na desobrigação do item anterior, anexar documento oficial, comprovando o fato, devidamente identificado;

- Serão aceitos Protocolos de Renovação do Certificado de Registro de Produtos, desde que tenham sido datados e protocolados no mínimo 06 (seis) meses antes do vencimento e acompanhados do Certificado de Registro de Produtos antigos, para a devida comprovação, de acordo com legislação vigente.

#### **MONTAGEM E INSTALAÇÃO**

Para todos os itens, a montagem/ instalação será realizada pela Contratante, porém, nos casos em que haja exigência do fabricante ou fornecedor que a instalação do equipamento seja realizada por representante autorizado para manutenção da garantia, a Contratada deverá realizar a instalação do item no prazo de 15 (quinze) dias após a solicitação pela Contratante.

#### **TREINAMENTO:**

Para os itens Aparelho de Anestesia com Monitor Multiparâmetros, Lavadora Ultrassônica, Secadora de Traqueia e Seladora Automática, a(s) Contratada(s) deverá(ão) oferecer treinamento a equipe técnica da unidade, em no mínimo 2 (dois) dias e períodos diferentes, contemplando no mínimo 5 (cinco) profissionais em cada treinamento, incluindo-se profissionais da área da saúde e engenharia clínica; o tempo de cada treinamento deverá ser de no mínimo 2 (duas) horas; caso seja necessário, este tempo poderá ser dilatado.

#### **Justificativa para exigência de índices financeiros**

A Secretaria de Administração e Planejamento do Município de Joinville vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de **Pregão Eletrônico nº 057/2022**.

Item 10 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 10.6 alínea “i” - Demonstrativos dos Índices, serão habilitadas apenas as proponentes que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez Geral > 1,00

Solvência Geral > 1,00

Liquidez Corrente > 1,00

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no subitem 10.6 “i” do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O **índice de Liquidez Geral** indica quanto a empresa possui em disponibilidade, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

O **índice de Solvência Geral** indica o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O **índice de Liquidez Corrente** identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu

como dívida (a curto prazo).

Para os três índices exigidos no Edital em referência (LG, SG e LC), o resultado > 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira da proponente.

Desse modo, os índices estabelecidos para a Licitação em pauta não ferem o disposto no art. 31, da Lei 8.666/93 e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018, bem como foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável para avaliar a saúde financeira do proponente.



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Cristina Bello, Diretor (a) Executivo (a)**, em 19/01/2022, às 15:27, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Mafra, Secretário (a)**, em 19/01/2022, às 16:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0011688311** e o código CRC **9BC31E41**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguacu - CEP 89221-005 - Joinville - SC -  
[www.joinville.sc.gov.br](http://www.joinville.sc.gov.br)

21.0.259224-8

0011688311v4